

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA LUTA PELA TERRA NA CHAPADA DIAMANTINA (1980-1996).

Iana da Silva Fraga¹

RESUMO

O controle das terras na Chapada Diamantina concentrou-se nas mãos de grandes proprietários rurais, em uma estrutura latifundiária semelhante ao restante do Brasil. A posse da terra foi marcada por conflitos, pela força e resiliência das mulheres que assumiram um papel central na resistência e organização dos movimentos sociais na região. Em meio a desafios históricos, elas lideraram movimentos em busca de terra, dignidade e justiça social. Assim este estudo teve como objetivo analisar como se deu a participação e organização das mulheres na luta pela terra nas décadas de 1980 e 1990 na Chapada Diamantina, levando em consideração suas trajetórias e contribuições, revelando o impacto transformador de suas ações. A metodologia utilizada nesta pesquisa baseou-se na história oral, valorizando a subjetividade e a memória como elementos centrais para a construção do conhecimento histórico. As entrevistas foram realizadas com mulheres que se destacaram como dirigentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cujas trajetórias foram marcadas por sua atuação política e social. A pesquisa também utilizou periódicos, cartilhas e outras produções realizadas por essas organizações sociais, oferecendo uma perspectiva rica e plural sobre suas experiências e lutas no campo.

Palavras chave: Mulheres. MST. CPT. Chapada Diamantina.

ABSTRACT

The control of land in Chapada Diamantina was concentrated in the hands of large landowners, in a latifundia structure similar to the rest of Brazil. Land ownership was marked by conflicts, strength, and the resilience of women who played a central role in the resistance and organization of social movements in the region. Amid historical challenges, they led movements in search of land, dignity, and social justice. Thus, this study aimed to analyze the participation and organization of women in the fight for land during the 1980s and 1990s in Chapada Diamantina, considering their trajectories and contributions, revealing the transformative impact of their actions. The methodology used in this research was based on oral history, valuing subjectivity and memory as central elements in the construction of historical knowledge. Interviews were conducted with women who stood out as leaders of the Comissão Pastoral da Terra (CPT) and the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), whose trajectories were marked by their political and social activism. The research also used periodicals, pamphlets, and other productions created by these social organizations, providing a rich and diverse perspective on their experiences and struggles in the countryside.

Keywords: Women. MST. CPT. Chapada Diamantina.

¹ Graduanda do curso de licenciatura em História, na Universidade do Estado da Bahia, Campus XIII.

Introdução

A estrutura agrária brasileira é fruto do modelo colonial de exploração que foi implementado a partir do século XVI. O sistema colonial, foi marcado pela exploração dos recursos naturais e humanos, desde a sua formação enquanto sociedades latino-americanas. Com a invasão dos portugueses em 1500, apropriando-se das terras dos povos tradicionais, este sistema foi responsável pela exploração e dizimação dos povos originários, bem como pelos longos 353 anos de escravização da população africana no Brasil. A manutenção deste sistema possui algumas características como aponta Caio Prado Junior:

Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a 'grande exploração rural', isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que assenta toda a estrutura do país, econômica e social. (JUNIOR, 1971, p. 80)

A estrutura agrária brasileira transformou a terra em um patrimônio de riqueza e poder, explorando de forma indiscriminada os recursos naturais e humanos. Esta estrutura agrária explica, a extrema desigualdade existente no país (TAVARES, 1999). A manutenção da concentração do capital com os grandes proprietários de terra produziu uma elite agrária poderosa, marginalizando os pequenos produtores e gerando, assim, diversos conflitos agrários e a dificuldade de acesso à terra para a maioria da população rural, mantendo-se, de certa forma, mesmo após a abolição e o fim do Império.

O latifúndio não era apenas uma estrutura econômica, mas também a base de um sistema de poder que se perpetuou ao longo do tempo, moldando as relações políticas e sociais no meio rural. Essa organização política, que emergiu no século XIX e se consolidou no início da República, sustentava-se na submissão das classes mais vulneráveis economicamente, os trabalhadores e, nesse cenário, a família rural era tanto uma unidade de produção quanto passível de sujeição à dominação social, condicionada pelas imposições econômicas do latifúndio, como também pelas relações sociais autoritárias, refletindo o poder político exercido pelos grandes proprietários de terra, perpetuado através de práticas de coronelismo, coerção e controle social durante a República Velha (1889-1930).

A formação do sistema patriarcal no campo consolidou a visão de que o trabalho produtivo era masculino, enquanto o trabalho feminino era acessório, o que reforçou a exclusão das mulheres dos direitos sociais e econômicos. O conceito de patriarcalismo, enquanto sistema,

trouxe para o debate como a dominação masculina percorria todos os ambientes sociais, e não apenas o ambiente familiar. De acordo com Millet (1977), o patriarcado funciona como uma instituição que estabelece e perpetua a divisão de gênero, criando normas e valores que estruturam a sociedade com base em hierarquias desiguais. Além disso, “o patriarcado é uma ideologia dominante que não admite rival; talvez nenhum outro sistema tenha exercido um controle tão completo sobre seus súditos” (MILLET, 1977, p.45).

Ao longo do século XX, com a urbanização e a industrialização, as mulheres rurais continuaram a enfrentar barreiras significativas no acesso a direitos, como a posse da terra e a proteção trabalhista. Somente a partir da segunda metade do século XX, especialmente com o surgimento de movimentos sociais rurais na década de 1980, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as lutas de mulheres camponesas, a questão da desigualdade de gênero começou a ser mais amplamente discutida nessa dimensão (FERRARI, 2007).

Os movimentos sociais, de acordo com Melluci (2001), têm a capacidade de produzir novas formas de nomeação da realidade e desmascarar velhas maneiras de agir. Nessa perspectiva, a organização dos movimentos sociais cumpre um papel importante de descortinar as desigualdades sociais, em especial as enfrentadas pelas mulheres inseridas na luta pela terra.

Foi com a organização e participação nos movimentos sociais que as mulheres do campo começaram a lutar por seus direitos na Chapada Diamantina, uma região localizada no interior da Bahia, que teve seu sistema fundiário moldado por um conjunto de fatores históricos e geográficos que resultaram em uma estrutura agrária complexa. Durante o século XIX, a região viveu um auge econômico com a exploração de diamantes e ouro, o que atraiu uma população diversificada e transformou a Chapada em um centro de mineração. Trabuco (2008) afirma que, no entanto, com o declínio da mineração no final do século XIX, a economia local passou a depender mais da agricultura, especialmente da produção de subsistência e da criação de gado.

O controle das terras na Chapada Diamantina concentrou-se nas mãos de grandes proprietários rurais, em uma estrutura latifundiária semelhante ao restante do Brasil. A posse da terra foi marcada por conflitos, particularmente entre pequenos agricultores, posseiros, comunidades tradicionais como os quilombolas e grandes fazendeiros. A agricultura familiar, que hoje é uma das principais atividades econômicas da região, enfrenta desafios históricos de acesso à terra e à regularização fundiária. O sistema agrário atual da Chapada reflete as disputas históricas por terra e a resistência das comunidades locais, especialmente mulheres e

trabalhadores rurais, em lutar por seus direitos em um contexto marcado pelo patriarcalismo e pela exclusão social.

Diversos elementos destacam a participação das mulheres na luta pela terra na Chapada Diamantina, especialmente durante a década de 1990, como a maciça participação em Sindicatos Rurais, Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e o seu papel fundamental como líderes dos principais movimentos sociais e organizações civis na região.

A ausência de trabalhos historiográficos que abordem e analisem a presença das mulheres dentro deste contexto da luta pela terra na Chapada Diamantina é um forte elemento que traz à tona a grande exclusão historiográfica a que as mulheres são submetidas e invisibilizadas dentro do seu processo de luta. Estudar sobre as mulheres na historiografia significa, então, tentar reparar, em parte, essa exclusão (SOILHET, 2007).

Vivenciando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tive a oportunidade de conhecer e conviver com diversas lideranças femininas² que desempenharam papéis de destaque na direção do movimento, contribuindo significativamente para sua consolidação nesta regional. Ademais, observa-se que, das quatro brigadas³ que estão localizadas na Chapada Diamantina, três receberam nomes de mulheres, um fato que evidencia ainda mais a contradição representada pela invisibilização dessas lideranças nas narrativas históricas da luta pela terra na região.

A partir deste contexto, esta pesquisa levanta a seguinte problemática: Como se deu a participação e organização das mulheres na luta pela terra nas décadas de 1980 e 1990 na Chapada Diamantina? A partir do testemunho de 5 mulheres que desempenharam papéis de lideranças e foram fundamentais para a formação dos movimentos sociais na região. Com base nisso, será analisada a experiência das mulheres na luta pela terra na Chapada Diamantina, especificamente nas cidades de Itaberaba, Ruy Barbosa e Wagner, de 1985 até a primeira desapropriação de terra que aconteceu em 1996. Serão analisadas as estratégias de luta utilizadas pelas mulheres nas organizações sociais para garantir sua sobrevivência, o sustento familiar e as conquistas de direitos sociais enquanto política pública.

A metodologia utilizada nesta pesquisa baseou-se na história oral, conforme a abordagem teórica de Alessandro Portelli (1997), que valoriza a subjetividade e a memória

² Vera Lucia, Irmã Teresinha, e ouvi sempre referência de várias outras, que inclusive nomearam assentamentos e brigadas como: Roseli Nunes, Maria da Gloria e Valdete Correia.

³ As brigadas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são estruturas organizativas que desempenham papel central na dinâmica do movimento. Elas funcionam como grupos ou coletivos organizados a partir da territorialidade para realizar tarefas específicas relacionadas às ações e objetivos do MST, seja no âmbito interno ou externo. (STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano, 2000)

como elementos centrais para a construção do conhecimento histórico. As entrevistas foram realizadas com mulheres que se destacaram como dirigentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cujas trajetórias foram marcadas por sua atuação política e social. Foram entrevistadas as lideranças do MST e CPT. A pesquisa também utilizou periódicos, cartilhas e outras produções realizadas por essas organizações sociais, oferecendo uma perspectiva rica e plural sobre suas experiências e lutas no campo.

A realização de pesquisa sobre as mulheres do campo é necessária, pois nos permite conhecer uma história que foi por décadas cortinada e que resultou na negação de muitos direitos e na construção da cidadania plena para as mulheres rurais. Além disso, a pesquisa nos oferece uma melhor compreensão do contexto da luta pela terra, do papel fundamental que elas desenvolveram, bem como proporciona discussões acerca das desigualdades sociais e de como se deu a interferência das organizações na luta pelo acesso à terra e para o desenvolvimento social e econômico das mulheres no campo.

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E AS MULHERES: A LUTA PELA TERRA NA CHAPADA DIAMANTINA.

O processo histórico da luta pela terra no Brasil tem suas raízes na colonização portuguesa, quando o território foi estruturado para a exploração econômica em benefício da metrópole. Como aponta Caio Prado Junior (2011), a presença de uma vasta força de trabalho escravizada foi a espinha dorsal desse modelo, garantindo a produção em larga escala nas grandes propriedades rurais.

Essa concentração fundiária, simbolizada pelo latifúndio, não apenas definiu as bases da economia colonial, mas também teve impactos de longo prazo na estrutura agrária brasileira. Segundo o sociólogo José de Souza Martins, *“o latifúndio não se define apenas pela dimensão da propriedade, mas principalmente pelas relações de poder que se estruturam a partir dele, consolidando a dominação social e econômica sobre o trabalhador rural.”* (MARTHINS, 1981, p. 112).

Para o autor Caio Prado Júnior, o latifúndio, sustentado por uma economia escravista, moldou a sociedade de maneira a impedir a criação de um mercado interno robusto e diversificado, mantendo o Brasil como uma economia dependente da exportação de produtos agrícolas. A divisão de terras foi sistematicamente desigual, excluindo a maioria da população do acesso a áreas produtivas, o que levou a um quadro de latente marginalização rural. De

acordo o autor: “*O Brasil se orientará exclusivamente em função de seu papel econômico: fornecedor de gêneros tropicais ao mercado europeu. Todo o seu processo histórico, desde o início da colonização, se definirá nesse sentido.*” (JUNIOR, 2011, p. 60).

A estrutura agrária brasileira reflete não apenas uma desigualdade econômica, mas também uma desigualdade de gênero, pois possui um sistema de produção predominantemente masculino que contribui para a normalização da dominação simbólica dos homens no campo, mesmo entre os trabalhadores. Um aspecto relevante para compreender a relação entre exclusão social no campo e dominação simbólica masculina é a reprodução de valores culturais e sociais que sustentam essa desigualdade. Pierre Bourdieu (1979) argumenta que as estruturas sociais dominantes se apoiam em diferentes formas de capital, incluindo o capital simbólico, que é acumulado e disseminado pelos grupos sociais mais poderosos.

No contexto rural brasileiro, a desvalorização do trabalho feminino e a subordinação das mulheres são legitimadas e naturalizadas por meio de práticas culturais, como a manutenção de papéis tradicionais de gênero e de relações hierárquicas no campo. As mulheres, especialmente as negras e indígenas, estão na base da pirâmide social. Elas enfrentam não apenas a exclusão do acesso à terra, mas também outras formas de opressão interligadas, como o racismo, o sexismo e a pobreza. A luta dessas mulheres pela terra é, portanto, uma luta pela sobrevivência e pela dignidade.

A luta pela terra no Brasil ganhou novos contornos com a formação dos movimentos sociais no século XX, especialmente a partir da década de 1960, quando a modernização agrícola e a concentração fundiária se intensificaram. Sérgio Sauer e Zander Navarro (2002), no livro *A modernização necessária: O agronegócio e a agricultura familiar no Brasil*, destacam que a modernização do campo, ao invés de democratizar o acesso à terra, aprofundou as desigualdades, resultando na expulsão de pequenos agricultores e na crescente marginalização dos trabalhadores rurais.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),⁴ fundado em 1984, é apontado por historiadores e economistas, como João Pedro Stédile (1994), como um marco na organização dos trabalhadores rurais para resistir à concentração de terras e ao avanço do agronegócio. Bernardo Mançano Fernandes (2000) argumenta que o MST surge em resposta às políticas agrárias excludentes do Estado e à necessidade de criar uma nova dinâmica de ocupação e uso da terra. O movimento se baseia na ocupação de terras improdutivas como

⁴ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi fundado no Brasil em 1984, em um contexto de redemocratização e intensa luta pela reforma agrária.

forma de pressionar o governo a promover a reforma agrária ⁵ e garantir que os pequenos agricultores possam viver e trabalhar na terra, reduzindo o êxodo rural e fortalecendo a agricultura familiar.

Além do MST, outros movimentos sociais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁶, ligada à Igreja Católica, desempenharam um papel fundamental na organização dos trabalhadores rurais e na denúncia da violência no campo. De acordo com José de Souza Martins (1981), a luta pela terra no Brasil é marcada por uma história de violência e repressão, com conflitos constantes entre latifundiários e camponeses. Ele aponta que esses movimentos sociais são uma resposta direta à omissão do Estado em realizar a reforma agrária e à perpetuação das desigualdades no campo, fazendo da luta pela terra uma das questões mais persistentes da história social brasileira.

Nesse contexto, o sociólogo Alberto Melucci evidencia

Os movimentos sociais possuem a capacidade única de produzir novas formas de nomeação da realidade, desmascarando as velhas maneiras de agir e desafiando as estruturas estabelecidas de poder e dominação”. (MERLUCCI, 2001, p. 68).

É importante analisar a relevância da participação de setores da Igreja Católica, reconhecendo que, embora historicamente parte dessa instituição tenha estado associada às estruturas de poder, contribuindo para a exploração e marginalização das populações mais pobres, nem toda a Igreja foi conivente com essa realidade. Houve também movimentos e grupos dentro da própria Igreja que resistiram a essa dinâmica. A Igreja passou por uma transformação significativa a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), ⁷ como se observa na entrevista de Teresinha Maria Foppa⁸:

Foi a partir do Concílio Vaticano II que é em 1962, então surgiu o pessoal que se posicionava dentro de várias reformas que tinha sido feita na igreja e uma das coisas era que, as ações da igreja, a pastoral da igreja, as celebrações da igreja que a igreja fazia, elas deveriam ser contextualizadas dentro da cultura do povo. E nesses anos todos, surgiu a teologia da libertação, que foi, que se deu a importância do Deus encarnado no meio dos pobres, dos mais vulneráveis, então a partir dali, sempre teve esse apoio da Igreja Católica (...) então eu praticamente sou fruto de toda essa posição

⁵ A reforma agrária é um conjunto de políticas e ações governamentais destinadas a redistribuir a posse e o uso da terra de forma mais equitativa, visando corrigir a concentração fundiária e garantir acesso à terra para aqueles que vivem da agricultura. (FERNANDES, 2000)

⁶ Fundada em 1975 com o apoio da Igreja Católica, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) surgiu para apoiar camponeses e trabalhadores rurais na resistência e organização contra o latifúndio e a violência no campo. Focada na defesa dos direitos humanos e na justiça social, a CPT atua como um elo entre comunidades rurais e o poder público, denunciando violações e apoiando ocupações de terra como forma legítima de promover a reforma agrária (CPT, 2015).

⁷ O Concílio Vaticano II (1962-1965) foi uma assembleia ecumênica da Igreja Católica, convocada pelo Papa João XXIII e continuada pelo Papa Paulo VI. Este evento histórico buscou renovar a Igreja e adaptá-la aos desafios contemporâneos, promovendo o diálogo inter-religioso, maior participação dos fiéis, e reformas pastorais e sociais. (ALBERIGO, Giuseppe (org), 2005)

⁸ FOPPHA, Teresinha, 2023, entrevista realizada na CPT em Ruy Barbosa-Ba

de uma Igreja profética que começa denunciar, que começa a achar que não é certo você tá, celebrando e falando em nome de um Deus que é libertador, e você tá massacrando, você ver o massacre de pobres, a expulsão, o assassinato de trabalhadores e você não se posiciona como Igreja, como entidade que tem força, que pode dar uma palavra, que pode tomar a defesa dos mais pobres. (FOPPHA, Teresinha, 2023.)

Irmã Teresinha como é conhecida, aponta o processo que se desencadeou após o Concílio Vaticano II e o fortalecimento da Teologia da Libertação, que teve como um de seus desdobramentos mais significativos a formação da Comissão Pastoral da Terra, efetivada em 1975. Freira da Ordem Franciscana, Irmã Teresinha é natural do Estado de Santa Catarina, da cidade de Aval do Leste, veio para a Bahia por volta de 1980, quando tinha 31 anos de idade, direcionada para a Diocese⁹ de Ruy Barbosa, na qual, contribuiu com a formação da CPT e coordenou durante três décadas esta comissão na região.

Considerando que as mulheres entrevistadas para esta pesquisa iniciaram sua militância a partir da inserção na Igreja, podemos observar como a organização, as ideias e os valores trazidos por instituições e movimentos sociais cumprem a função de repensar e produzir novas formas de nomeação da realidade e atuação das mulheres, religiosas e leigas, que participaram desse processo.

Assim, percebemos que a Igreja Católica vivenciou uma dualidade, especialmente na América Latina: enquanto alguns setores atuavam ao lado das populações mais vulneráveis, promovendo justiça social, outros permaneciam alinhados a estruturas de poder que perpetuavam a exclusão e a exploração. Nessa atmosfera, a Igreja começou a atuar em diversas regiões do Brasil, incluindo a região da Chapada Diamantina, com as Comunidades Eclesiais de Base, para defender e orientar os trabalhadores rurais, como acrescenta Teresinha Fopha.

Foi quando a Igreja se posicionou, teve uma voz profética mesmo dentro da Igreja, e ali toda essa posição da igreja, surgiram... já viam antes no meio dos estudantes, os estudantes protestando contra essa cultura que massacra, então já tinha a posição dos estudantes e também tinha todo o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base, então por exemplo aqui, toda a luta pela terra, aqui na região da Diocese de Ruy Barbosa que eu conheci, ela toda nasceu dentro das Comunidades Eclesiais de Base, eram as comunidades que apoiavam a luta aqui e acolá, ou quando tinha um conflito, se juntava todo mundo vazia um mutirão, ia e apoiava a família ou as famílias que eram ameaçadas ou eram expulsas mesmo, eu acompanhei logo que cheguei aqui, eu sempre falo que foi o meu batismo de ser baiana, cheguei aqui junto com Doutora Marta que era advogada aqui da diocese, nós fomos para laçu, e os pistoleiros tinham acabado com as roças de mais de 400 posseiros, era muita gente e foi toda uma luta, foi assim a primeira vez que eu tive que enfrentar ir lá sem saber de onde vinha pistoleiro, ou coisa assim, e lá eram as comunidades, você sentia o clima de gente

⁹ Dioceses são divisões territoriais administrativas da Igreja Católica, lideradas por um bispo. Cada diocese abrange uma região específica, que pode incluir várias paróquias (comunidades locais dirigidas por padres), e é responsável por organizar e coordenar a vida religiosa e as atividades pastorais nessa área. IGREJA CATÓLICA. Código de direitos canônicos. 2005)

que acreditavam, eram católicos e evangélicos, mas todo mundo eram dessa solidariedade, dessa sensibilidade de estar junto defendendo os direitos dessas famílias. (Foppha, Teresinha, 2023)

Nesse contexto autoritário e repressivo, durante a Ditadura Militar no Brasil (1964–1985), os camponeses enfrentaram grandes desafios. O regime autoritário alinhou-se aos interesses das elites agrárias e industriais, priorizando uma modernização conservadora no campo em detrimento de uma reforma agrária efetiva.

As mulheres desempenharam um papel fundamental, resistindo à concentração fundiária e ao avanço do latifúndio promovido pelo regime. A memória de Margarida Maria Alves¹⁰, sindicalista assassinada em 1983, tornou-se um marco da luta feminina no campo, inspirando futuras gerações a se organizarem contra as injustiças agrárias. A luta dessas mulheres ia além da terra: elas reivindicavam também direitos sociais, como educação e saúde, fundamentais para suas comunidades.

Nesta atmosfera, os agentes da CPT começaram a atuar de forma mais contundente nessa luta. Para além do apoio ecumênico, a CPT passou a se estruturar com um corpo técnico também na Diocese de Ruy Barbosa, visando apoiar os trabalhadores rurais que estavam sendo massacrados pelos latifundiários, como aponta Teresinha Fhoppha:

Existia um acompanhamento, uns 2,3 anos antes de eu chegar. Eu cheguei na diocese em 1980 e diante das problemáticas da expulsão de posseiros ali na região de Itaete, Andaraí, Marcionílio, na beira do rio Paraguaçu na verdade, o pessoal já tinha tomado a posição de que a Igreja tinha que defender os trabalhadores e as trabalhadoras que estavam sofrendo as expulsões né, porque era derrubar casa, destruir as roças, colocar o gado dentro da roça dos trabalhadores, para que os trabalhadores se desgostassem, largassem e fossem embora, era um dos jogos né, mas ali nos anos de 1977, 78, ali tomaram a decisão de contratar uma advogada, a Igreja contratou uma advogada para orientar e ajudar os trabalhadores a lutar pelos seus direitos. Então já era uma posição. Aqui a diocese de Ruy Barbosa já tomou uma posição bem significativa nesse sentido, bem comprometida (...) era uma advogada Dr^a Marta que ficava a disposição dos trabalhadores. Se você perguntar aos mais velhos, todos conhecem ela, porque já teve a orientação dela sobre os direitos de posse, os direitos dos trabalhadores, foi muito importante. Então quando eu cheguei não tinha a CPT fundada, mas tinha um movimento que se chamava Animação Cristã Rural, que era dos católicos que fazia esse tipo de trabalho. Em nível nacional em 1975 foi criada a CPT, ali a gente pensou, eu já tava presente e ajudei a criar a CPT na diocese de Ruy Barbosa. (Foppha, Teresinha 2023.)

À luz do exposto, destaca-se a relevante participação feminina na organização dos trabalhadores rurais da região. Esse protagonismo é exemplificado pela atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que, sob a coordenação da Irmã Teresinha, se consolidou como uma

¹⁰ Margarida Maria Alves (1933–1983) foi uma importante líder sindical e defensora dos direitos trabalhistas e agrários no Brasil, especialmente no estado da Paraíba. (SILVA, Adenora Gonçalves da. 2014)

força mobilizadora. Esse papel foi ampliado com a contribuição da advogada Marta Pinto dos Anjos, cuja atuação reforçou a presença e liderança das mulheres no cenário político e social regional, evidenciando o impacto das ações femininas na construção das lutas no campo.

A constituição da CPT na Chapada Diamantina, no início da década de 1980, ocorreu em meio às crescentes situações de violência na região, com a finalidade de envolver toda a comunidade da Igreja na denúncia e no apoio às famílias dos posseiros. Outros movimentos sociais atuavam junto com a Igreja, como afirma Irmã Teresinha:

Os polos sindicais, a gente não tinha movimentos como o MST, tinha os polos sindicais, então tinha os sindicatos e a igreja contribuiu muito a ajudar a fundar os sindicatos nas cidades onde não tinha, e ali depois a união dos sindicatos formaram um polo, e como os conflitos eram muitos, então tinha a assessoria jurídica, com vários advogados (...) tinha os sindicatos, o polo que juntava todos os sindicatos e as delegacias sindicais em cada município. Por exemplo, quando foi assassinado o Zacarias, que foi um dos posseiros de Pau a Pique Marcionílio Souza, ele foi assassinado dentro da área de posse deles, dos posseiros, porque ele mais os filhos e alguns posseiros, estavam limpando o local onde iriam construir a sede da delegacia sindical. (FOPPHA, Teresinha. 2023)

Nesse contexto, a luta por direitos começou a ser reivindicada de forma mais sistemática, e houve uma crescente participação das mulheres, que debatiam as desigualdades e defendiam um maior protagonismo político. Na luta pela terra na década de 1980, onde a disputa ocorria entre posseiros e fazendeiros, as mulheres desempenharam um papel fundamental, pois eram elas que resistiam e permaneciam na terra com suas famílias. Esse processo de resistência era o que garantia a posse da terra, como relata Irmã Teresinha:

Eu sempre falo e não tenho medo de dizer isso na cara dos homens, quem sempre garantiu a posse da terra, era a resistência das mulheres que ficavam com os filhos ali, os maridos saíam, se escondiam e elas ficavam ali e enfrentavam os pistoleiros” (...) As mulheres tinham um papel fundamental e elas garantiam, elas davam segurança para os maridos no sentido de tá ali e não abrir mão; ficar na casa e dizer que dali de dentro eu não saí e ninguém me tira. Não existe resistência sem as mulheres (...) (FOPPHA, Teresinha. 2023)

A narrativa de Irmã Teresinha ressalta o papel central das mulheres na resistência pela posse da terra, enfatizando sua coragem e determinação diante das adversidades. Ao afirmar que “não existe resistência sem as mulheres”, Teresinha desafia as narrativas patriarcais tradicionais, reconhecendo as mulheres como agentes ativos, e não apenas coadjuvantes, na luta pelo território. A resistência feminina não se limitava ao enfrentamento físico, mas incluía uma presença estratégica no espaço doméstico e comunitário, garantindo segurança e continuidade da luta, mesmo sob ameaças de pistoleiros.

Essa postura reafirma o protagonismo feminino na construção de uma resistência e nas estratégias de luta, ao se recusarem a abandonar suas casas e terras, criando uma barreira moral e simbólica contra as forças opressoras.

As mulheres, mesmo não estando na liderança, nem dos sindicatos, nem nas delegacias sindicais, (...), então as mulheres tinham um papel importantíssimo porque elas percebiam todas as jogadas dos pistoleiros, e elas davam as dicas pros homens, e sabiam na hora certa reagir também. (FOPPHA, Teresinha. 2023)

A narrativa de Teresinha colabora no sentido de evidenciar que a luta pela terra perpassa a luta da sobrevivência de muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais, ressaltando que o enfretamento das mulheres, inicialmente, estava mobilizado por direitos básicos e pela construção da cidadania, benefícios negados a elas durante séculos.

O patriarcado manteve as mulheres afastadas das decisões sobre a propriedade e o uso da terra, concentrando esses direitos exclusivamente nas mãos dos homens como aborda DEERE (2000). Essa exclusão, muitas vezes sustentada por legislações e práticas agrárias desiguais, reforçou a invisibilidade do trabalho feminino no campo e dificultou que fossem reconhecidas como protagonistas na produção agrícola e na manutenção das economias rurais.

Em um contexto bastante desafiador, a CPT atuou como uma organização que articulava os diversos setores da sociedade para a luta pela reforma agrária. A convite da CPT, em 1987, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) iniciou suas atividades na Bahia, e então dois delegados nacionais começaram a estruturar o movimento no Estado.

Ao consolidar-se na região sul da Bahia, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra começa a realizar ocupações de terras, já que até então a luta pela terra era travada entre os posseiros e os latifundiários, não existindo ocupações como estratégia para a reivindicação da posse da terra. Em 1988 chegaram militantes do MST ao extremo sul, mais precisamente em Eunápolis, cidade em que Vera Lucia Barbosa, a Lucinha do MST nasceu. Militante que se tornou dirigente do MST e que foi responsável por levar e coordenar o movimento na Chapada Diamantina. Lucinha do MST ingressou no movimento através da Igreja Católica e da associação do bairro, fazendo parte da terceira ocupação de terra realizada na Bahia pelo MST.

O movimento nasce em 87 aqui na Bahia, e em 88 a gente começa, a ter um trabalho de base; chega lideranças em Eunápolis e foi assim que a gente começa a retomada dos sonhos de João Carroceiro¹¹ de Dona Prasilina e todos os filhos, que foi essa retomada, esse retorno ao campo (...) a gente recebe lá no bairro nosso, tinha o representante da associação, tinha a comunidade da Igreja Católica, e chega as lideranças do MST (...) e a gente começa as reuniões preparando pra ir pra uma terra, e nisso daí é que resulta a terceira ocupação do MST, porque já tinha o 4045¹² em 87,

¹¹ João Carroceiro e Dona Prasilina são o pai e a mãe de Vera Lucia.

¹² Primeira ocupação de terra feita na Bahia, recebia esse nome por conta da numeração feita pelos técnicos da empresa proprietária

final de setembro e dezembro como excedente do 4045 constitui o Riacho das Ostras e em Março de 88, aí sim é o acampamento que eu ingresso no MST. (BARBOSA, Lucia Vera¹³, 2023)

Impulsionada a participar do MST a partir de uma estratégia do movimento, podemos perceber como a organização começa a inserir a participação familiar na luta pela terra.

Segundo afirma Lucinha:

Tinha ali entre 15 e 16 anos, nessa época, mas como uma filosofia e uma filosofia nova que o MST introduz, principalmente pra nós ali do extremo sul da Bahia que a gente tinha que era um histórico feroz de matança (...) e era uma história trágica de muitas mortes, de muitos confrontos com jagunços com pistoleiros e, o MST chega com essa grande novidade, na época a gente nem percebia, que era uma nova filosofia, uma das normas internas que a gente de primeira mão já sabia, pra ir pra ocupação, não pode ir só a figura do homem (...) uma das condições para as ocupações acontecer era levar a família, não podia ir só a figura do homem (...). (BARBOSA, Lucia Vera, 2023)

A partir do que foi trazido acima em uma perspectiva de análise interna do MST na época em incentivar a participação familiar dentro do processo de luta pela terra, podemos observar como o movimento já organizava o processo de resistência no campo, incorporando as famílias e as mulheres como parte fundamental da luta. Nesse sentido, acrescenta ainda que:

Papai aí falou que era pra eu ir, não porque a organização precisa da participação da mulher e tá exigindo..." vai Lucinha!" , porque enquanto ele e meu irmão estivessem na roça, eu iria ficar cozinhando e cuidando do barraco (...) Chegando lá na ocupação, na primeira assembleia que foi convocada, você já começa a ver as alterações e mudanças, e na primeira reunião grande era exigido que as mulheres também participassem das assembleias, e lá já dividem em comissões e eu já começo a participar de uma comissão de animação (...) no segundo dia já participei de uma equipe para ir pra Salvador para participar do processo de negociação daquela terra, eu fui com a condição que papai fez: do irmão mais velho ir acompanhado (...)" . (BARBOSA, Lucia Vera, 2023)

Desse modo, Esmeraldo Gema (2013) aponta que dentro do processo de organização de um movimento social, o MST possui um diferencial em detrimento a outras organizações, pois envolve homens, mulheres, crianças e idosos nas suas lutas e manifestações políticas sem separar a militância política e a relação e situação conjugal (SANTOS, 2019). Arelado ao discurso de independência econômica, social e política, o MST conseguiu atrair diversas mulheres que estavam em situação de vulnerabilidade pelo sistema, muitas vezes submetidas a migrações com o marido e filhos em busca de terra e sustento para sua família.

Impulsionada por essa metodologia do MST, Lucinha começou a participar do movimento e passou por várias funções na organização, chegando a ser dirigente estadual em

¹³ Entrevista com Vera Lucia Barbosa, realizada de formato virtual em Abril de 2023, (Entrevista gravada), disponível para consulta.

muito pouco tempo. No início da década de 1990, o movimento decidiu expandir-se para outras regiões da Bahia, como a Chapada Diamantina.

Na região da Chapada Diamantina, a luta que a CPT, os sindicatos rurais e a CEDETER¹⁴ realizavam junto com os posseiros, já ganhavam novos rumos, pois os filhos dos posseiros começaram a ter a necessidade de possuir terras, haja visto que já constituíram famílias e estavam sem terra, como relata Irmã Teresinha:

Quando eu cheguei já tinha um pastor em Wagner chamado João Dias, um pastor muito famoso na região justamente por ele ser uma pessoa muito aberta e apoiar os trabalhadores, e aí a gente se juntou a Igreja católica apoiando os posseiros, antes das ocupações, porque da década de 70 a 1995 a Igreja e a CPT se ocupava com posseiros, foi a partir de 1995 que começou as ocupações, que foi a primeira em Aguas Belas, feita pelo MST. Já na preparação dessa ocupação quem estava dando assessoria éramos nós da CPT com o pessoal da CEDETER, porque tinha quase mil pessoas que participavam dessas reuniões, foram eles que nos procuraram, eram filhos dos posseiros que estavam sem terra e queriam terra, e ali a gente começou a conversar com esse povo e organizar eles, só que a gente não tinha as táticas de uma ocupação, como o MST tinha, e aí foi que a gente convidou o MST pra fazer a ocupação. (FOPPHA, Teresinha, 2023).

Com este convite e com a determinação de expandir o MST para outras regiões, Lucinha veio para a Chapada Diamantina, coordenando o movimento e como parte do setor¹⁵ de Frente de Massas. Junto com Lucinha vieram mais duas mulheres, Débora Santos Melo, conhecida como Paula¹⁶, que nasceu em Itapetinga, mas cresceu em Vitória da Conquista, em uma família ativa em movimentos sociais, e foi uma das dirigentes que veio coordenar o MST na Chapada Diamantina. E Débora também fazia parte do setor de frente de massas. A outra mulher foi Rainê Pereira dos Santos, natural da cidade de Canudos e cresceu dentro dos movimentos da Igreja Católica em torno da memória de Antônio Conselheiro e assim teve o primeiro contato com o MST, vindo a atuar dentro do movimento, como afirma Lucinha:

As lideranças todas que já existiam aí na chapada começaram a ligar, e onde encontravam os nossos dirigentes começavam a falar: “Nós precisamos que vocês vão pra Chapada” e foi assim que eu fui. Fui designada pela direção estadual e por estar a frente do setor da Frente de Massas também, para poder começar os trabalhos aí na Chapada. Eu fui direto pra Ruy Barbosa, pra Igreja Católica. (...) a primeira ocupação nossa que foi aí em Águas Belas, município de Andaraí, que fica ali na beirada da 242, bem pertinho de Tanquinho de Lençóis, e teve muita gente mesmo. Lógico que já existia uma mobilização toda feita pelas freiras, e o povo tinha uma confiança muito grande nelas, não era confiança no MST, era nas freiras e nos padres. Foi assim que

¹⁴ A CEDETER era uma organização ligada à Igreja Batista da cidade de Wagner que tinha uma atuação junto com a Igreja Católica em apoio aos posseiros e a luta pela terra na Chapada Diamantina. Infelizmente não encontrei fontes para aprofundar a pesquisa sobre esta instituição.

¹⁵ Os setores são áreas organizativas que estruturam o trabalho interno e coordenam as atividades específicas do movimento. Cada setor desempenha uma função essencial para alcançar os objetivos do MST, como a promoção da reforma agrária, a luta por direitos sociais e a construção de uma sociedade mais justa. (STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano, 2000)

¹⁶ Sua mãe tinha colocado seu nome de Paula, e na hora de registrar seu Pai resolveu mudar o nome e registrar como Débora. No registro é Débora, mas todos já a conheciam como Paula.

nós fizemos a primeira ocupação aí, fizemos pouco tempo de trabalho de base (...) E a gente faz uma grande ocupação aí, e diga-se de passagem, foi uma ocupação organizada por mulheres (...) só tinha Wilson de macho no meio, porque as lideranças eram eu, Paula do sudoeste, Adélia de Conquista porque eu tava vindo de Conquista pra Chapada, e Fatima Ribeiro que era dirigente nacional da época e o movimento nacional encaminhou ela para acompanhar essa ocupação . (BARBOSA, Lucia Vera, 2023)

De acordo com a afirmação de Lucinha e, como atestam outras narrativas, de que o MST veio para Chapada e foi dirigido por mulheres, reforça a presença ativa e o papel fundamental das mulheres na organização, resistência e direção dos movimentos sociais na Chapada Diamantina, haja vista que a CPT também era coordenada por mulheres.

Essas mulheres organizaram uma ocupação que envolveu mais de seiscentas famílias e mais de mil pessoas de toda a região da Chapada Diamantina. Com o poder de mobilização, da credibilidade da Igreja Católica e com as táticas e estratégias do MST, no dia 17 de fevereiro de 1995 foi ocupada a primeira terra na região. Uma ocupação que foi coordenada majoritariamente por mulheres. Débora Melo nos aponta o que ela considera como diferencial no processo de organização de um acampamento conduzido por mulheres:

Há uma diferença nos detalhes. Eu acredito que a gente tem mais sensibilidade e a gente tem um jeitinho diferente de fazer as coisas acontecerem e, assim eu acho que até mesmo no processo de organização, a gente era mais aberta ao diálogo e a gente é diferente (...). Imagine só, você participar de uma ocupação, numa regional onde 3 mulheres conseguiram levar 610 famílias, porque não eram 610 homens, eram 610 famílias, onde iam cachorro, gato, menino, ia tudo! Eu costumo falar que nossa primeira ocupação parecia que a gente estava reproduzindo Brasília, de tão organizada que era, tudo direitinho, a gente teve toda uma preocupação com relação a questão da estrutura local, eu lembro que tinha uma praça no meio, tinha uma escola, gente, a escola era dentro do mato, com os banquinhos todos de vara, e nós nos revessávamos entre uma e outra pra poder dar aula para os meninos e também a gente já tinha a preocupação dos adultos também saber ler e escrever, porque a gente já tinha consciência de que só através da educação e do conhecimento mesmo para libertar as pessoas, foi tudo muito bem feito, os banheiros e o espaço de lazer (...). (MELO, Debora. 2023)

A participação feminina na organização dos movimentos sociais é fundamental para ampliar a representatividade e agregar novos olhares e demandas aos movimentos, fomentando o debate para abordagens mais coletivas e inclusivas. Esta participação também tem o poder de mobilizar as famílias e, assim, aumentar a adesão social ao movimento. Tal atuação reforça o sentimento de pertencimento das famílias aos objetivos do movimento, como aponta João Pedro Stédile (2011), promovendo a construção de uma identidade coletiva que ultrapassa o indivíduo, visando à conquista de direitos para todos.

A narrativa apresentada por Débora Melo sobre a participação das mulheres em organizações sociais oferece uma análise aprofundada da diferença significativa que as

mulheres promoveram na dinâmica e na estrutura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A presença ativa das mulheres contribuiu para a adoção de práticas mais inclusivas, que acolhem as famílias de maneira integral e abordam suas necessidades de forma mais ampla e sensível.

Esse envolvimento feminino introduz uma perspectiva diversificada, enriquecendo a construção coletiva ao incorporar a sociabilidade das famílias e fomentar espaços de convivência. Além disso, sua participação agrega pautas específicas, ampliando as demandas dos movimentos que antes tinham a pauta bem demarcada da luta pela posse da terra e com a participação das mulheres e das famílias, foi sendo ampliada as demandas e pautas e fortalecendo os movimentos sociais e a representatividade. Essa participação, transforma os movimentos em espaços mais humanizados e eficazes na busca por justiça social.

O amadurecimento e a ampliação do debate sobre a participação das mulheres nos espaços de organização e coordenação do Movimento, foi sendo construído a partir das experiências vividas pelas mulheres dentro destes espaços, e também por provocações de outros movimentos sociais que eram parceiros do MST como a Via Campesina¹⁷, como aponta Lucinha:

O fato do Movimento ter tomado a decisão da paridade dentro da direção do MST foi por uma pressão muito forte de nós mulheres, internamente dentro do MST, lógico que não foi só por uma pressão nossa, até porque a gente não se via nas principais instâncias, tinha essa pressão nossa, mas também tinha uma pressão internacional. O Movimento estava começando uma relação internacional com a Via Campesina, e quando chegava nas atividades era a primeira coisa que as pessoas observavam era: “Cadê as mulheres?” “Fulano veio?”, “mas cadê fulana?” Então também existia essa pressão internacional no MST em ter mulheres em postos de comando, e com isso também internamente a gente começou a organizar grupos de mulheres, nos encontros nacionais, nos congressos nacionais, e começamos a fazer esse debate da importância, na época não era nem participação das mulheres, era debate de gênero, vamos conversar sobre o gênero. . (BARBOSA, Lucia Vera, 2023)

Essa narrativa revela como as pressões locais e internacionais convergiram para promover a participação das mulheres em instâncias de poder dentro dos movimentos sociais, gerando transformações estruturais que ajudaram a redefinir as práticas de organização coletiva e, também para consolidar a presença das mulheres não apenas como integrantes, mas como líderes ativas nos movimentos de luta por terra e justiça social.

¹⁷ O movimento da Via Campesina é uma coalizão internacional formada por organizações de camponeses, pequenos agricultores, trabalhadores rurais, povos indígenas, e defensores da soberania alimentar, fundada em 1993, na Bélgica. É amplamente reconhecida como um dos maiores movimentos sociais globais voltados para a luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, a reforma agrária e a construção de sistemas alimentares baseados em justiça social e sustentabilidade ambiental. (DESMARAIS, Annette Aurélie. 2007)

A partir das entrevistas, pude observar como a participação das mulheres nos espaços de direção dos movimentos sociais na região encorajou a participação de outras mulheres. Furlin (2013) destaca que, desde o início da trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as mulheres desempenharam um papel fundamental, sendo as primeiras a se mobilizarem e tomarem a iniciativa de debater questões relacionadas à sua participação e aos seus direitos dentro do movimento. Essa análise torna-se evidente no posicionamento de Irmã Teresinha:

Eu acho que foi fundamental a nossa participação como mulheres. Tinha Carmélia, eu, Lucinha. No despejo, a gente estar junto com eles (acampado¹⁸) até o fato deles (latifundiários) estarem perseguindo a gente, ameaçando a gente, e mesmo assim a gente estar ali na frente junto com eles, mesmo que Lucinha e Paula estivessem escondidas, mas tinha eu, a Carmélia, a Iria, que era nossa advogada. Estar junto deu muita segurança para as mulheres, e também nós começamos, juntos com a CEDETER, começamos a fazer formação para as mulheres, então a maior parceria foi preparar o povo para esta ocupação junto com a CEDETER, e depois da formação das mulheres, nós fizemos uns dois, três anos de formação bem firme e sistemática de mulheres, preparando lideranças mulheres, inclusive hoje em dia, as que estão ocupando os cargos ali nas associações e no movimento, elas foram frutos dessas formações, que a gente foi fazendo, fizemos junto, mas depois a CPT continuou fazendo, para que as mulheres participassem das associações. As mulheres não iam para as assembleias, não iam para as reuniões, os homens iam para as reuniões combinavam todas as coisas, faziam sem nem comunicar direito com as mulheres, e as mulheres que aguentavam os baques que viam (...). (FOPPHA, Teresinha. 2023)

As mulheres desempenharam um papel crucial, mas também altamente arriscado na organização dos movimentos sociais de luta pela terra. Frequentemente, elas ficavam expostas a situações de violência e vulnerabilidade, como trouxe em sua narrativa Teresinha Foppha, e diversos outros relatos das mulheres que foram entrevistadas. Elas estavam expostas especialmente nos acampamentos, quando seus companheiros saíam em busca de trabalho ou para articular ações do Movimento. Nessas ausências, as mulheres assumiam a responsabilidade pela proteção das famílias e da comunidade.

Além disso, estavam na linha de frente em momentos de confronto, formando cordões humanos para proteger os territórios ocupados e resistir à repressão policial. Essa tática do MST foi colocada em prática na ocupação da Águas Belas, a primeira ocupação feita pelo Movimento na Chapada Diamantina. O que chamou atenção inclusive da CPT, que estava envolvida na ocupação, mas nunca tinha visto algo assim sendo feito. Essa atuação as colocava em risco constante de agressões físicas, intimidações e até mesmo de prisões, evidenciando sua coragem e sua resistência, como afirma Vera Lucia:

Foi um processo de resistência muito bonito, porque a gente construiu ali, inclusive com todas as famílias. Quando a policia chegou para despejar, todas as pessoas que

¹⁸ Grifo nosso.

estavam na ocupação participou do processo de resistência, e cada grupo com suas tarefas, precisa ver como é que o pessoal organizou. As crianças na frente com vasilhas, com pratos e panelas, o que eles acharam, fizeram uma orquestra na frente. Os meninos batendo nas panelas e nos pratos, em seguida veio o cordão de mulheres, e bem atrás veio os homens. Então nós implementamos de fato ali, o método que a gente tava construindo de resistência de massa, que pra gente era novo e pro contexto também nós estamos fazendo aquele exercício para sair daquela lógica de luta dos posseiros, que recebiam a bala e matava e que atirava... então nós estávamos implementando um novo método de resistência popular de fato (...) . (BARBOSA, Lucia Vera, 2023)

A luta das mulheres pela terra é analisada neste trabalho a partir das experiências organizativas vividas por elas no processo de fazer-se sujeitos políticos. De acordo a Thompson (1981), o processo organizativo e a experiência coletiva são fundamentais para forjarem as mulheres como sujeitos políticos, transformando suas vivências em potências de ação social. Para Thompson, a consciência de classe se constrói na prática da luta cotidiana e a práxis das organizações sociais na Chapada Diamantina, criaram um ambiente fértil para que as mulheres experimentassem essa transformação. Ao participarem de espaços de decisões, enfrentaram muitos desafios e se organizaram para defender seus direitos.

Como afirma Irma Teresinha:

O MST sempre trabalhou essas questões e, no meio dos posseiros não tinha isso, não tinha essa organização, a gente foi fazendo depois que a gente percebeu isso, que as mulheres, na verdade as mulheres tinha a função delas dentro da luta, mas não era considerado, era considerado tudo como se fosse coisa só de homem, tanto assim que foi muita luta para que o nome das mulheres também estivessem no documento da terra, foi toda uma luta pra conquistar esse direito das mulheres se sentirem também proprietárias daquilo que estavam lutando tanto pra conquistar. E essa filosofia do MST de que toda a família também teria que esta toda envolvida, a gente também começou a trabalhar, porque percebia a importância que era isso e que as mulheres não entravam em nada (...) (FOPPHA, Teresinha, 2023)

A experiência que o MST trouxe para a organização da CPT foi fundamental para proporcionar um debate mais profundo em relação a participação das mulheres. A participação efetiva das mulheres dentro do processo de direção das organizações sociais na Chapada, foi atraindo ainda mais mulheres para ingressarem na luta.

Wilson Pianissola foi o único homem que participou da organização do movimento na região e analisa,

O fato de ter muitas mulheres na linha de frente encorajou muitas mulheres a ir para o processo de luta e inspiravam muito elas a participarem. Então tinha uma facilidade de organização das mulheres e em número de mulheres que se destacavam regionalmente. (PIANISSOLA Wilson, entrevista 2023).

A análise de Débora Melo também reforça esse aspecto:

Eu acredito que nós atraímos todas as outras mulheres e nós fizemos despontar várias lideranças que tinham medo. Tinham muitas mulheres que tinham medo de falar o que

sentiam, de falar o que pensavam, de expressar até mesmo opiniões. A gente percebia que elas eram muito presas, elas eram muito inteligentes, porém elas tinham medo de ocupar os espaços, porque elas próprias já tinham um preconceito que isso era coisa pra homem e a partir do momento que nós chegamos, que nós mostramos que nós mulheres éramos capazes de fazer a coisa acontecer, as outras mulheres também se encorajaram a participar e surgiram muitas outras lideranças depois disso, depois da Chapada Diamantina. E a gente percebia que as mulheres tinham, além da potência de saber do papel delas ali, não era apenas cozinhar (...) elas desempenhavam todos os papéis para serem feitos dentro do acampamento, inclusive quando a gente ia para algum tipo de negociação, a gente tirava de cada brigada algum representante para poder tá indo, e as mulheres começaram muito a participar e elas se espelhava muito na gente e aí foram aflorando. (MELO, Débora. 2023).

A narrativa de Débora destaca a força do exemplo e da representatividade na luta pela terra na Chapada Diamantina, evidenciando como a liderança feminina nos movimentos sociais cria um ciclo de empoderamento coletivo. Ao observar mulheres ocupando espaços de coordenação, muitas que antes temiam se posicionar, sentiram-se encorajadas a expressar suas ideias e reivindicar direitos. Essa dinâmica revela não apenas a importância da presença feminina na linha de frente, mas também como essa presença funciona como catalisadora de transformação social e pessoal.

A atuação dessas mulheres não só atraiu outras para o movimento, mas também proporcionou um ambiente de reconhecimento e valorização de suas próprias capacidades, rompendo barreiras históricas de silenciamento e exclusão. Desta dinâmica, surgiram diversas lideranças femininas que posteriormente deram nomes as brigadas do MST na Chapada, a exemplo de Maria da Glória e Valdete Correia¹⁹.

Outro fato importante de ser analisado é que todas as mulheres que vieram para coordenar o MST na Chapada, vieram a partir de um convite de outra mulher. Internamente no MST, Debora Melo e Rainê Souza vieram a convite de Lucinha, e Lucinha, por sua vez, veio a convite da CPT que era representado por Irmã Teresinha. Estas mulheres enfrentaram o desafio de ocupar espaços historicamente dominados por homens, o que as levou a adotar estratégias que reconfiguraram suas identidades e modos de estar nesses ambientes.

Para serem reconhecidas e respeitadas, muitas vezes tiveram que se masculinizar em aspectos comportamentais, ajustando sua linguagem, postura e até mesmo frequentando espaços sociais predominantemente masculinos, como os bares e outros ambientes, como retrata Vera Lucia.

¹⁹ Na organização do MST na Chapada, existem 4 brigadas com nomes de mulheres, entre eles se destacam os nomes de Maria da Glória, a Glorinha, militante social que contribuiu muito para o Movimento e que faleceu em decorrência de um acidente de carro em uma atividade do Movimento. Valdete Correia, natural de Itaetê que também foi uma militante valorosa para o Movimento e faleceu em um encontro regional do MST.

A primeira coisa era garantir estar em todas as tarefas, nas tarefas e nas estâncias, e olha que a gente pode falar, “ah tá, mas estar é o obvio”, naquela época, já era um passo muito importante. E a gente vivia cercada ... nós tínhamos grandes lideranças masculinas né, então o garantir estar em todos os lugares era um grande desafio, e pra isso a gente tinha que se sujeitar em estar em lugares que inclusive a gente nem gostava né, nas rodas de bebidas, nas rodas de num sei o que, nas conversas fiadas (...) e de certa forma, Bete tem hora que fala assim: “ a gente acabava se masculinizando um pouco, pra poder as vezes estar no mesmo espaço e garantir que de fato a gente pudesse ter voz ali e em outros lugares, então era um precinho bem caro”. Aí as vezes a mobilidade, fazia alguma coisa aqui e já saía. Eles eram muito livres, a gente não, geralmente tinha pai, tinha mãe, tinha alguém pra tomar conta, eles não, os homens como sempre livres, e a gente tem que ficar sabe? Era um sacrifício muito forte essa disponibilidade de estar o tempo todo, mas eu acho que foi o preço mais caro que nós mais velhas pagamos, porque as companheiras de hoje têm uma facilidade maior, há um reconhecimento maior (...) uma sensibilidade que hoje já tem e antes não tinha, você tinha que saltar aquilo e tá lá junto, colado na frente. Construímos o caminho, mas também a gente embrutece também em algumas coisas. Nós tivemos que nos adaptar a vestimenta, linguagem, ou a gente entrava na linguagem deles ou então tava fora; a grosseria, a brutalidade, falar e receber na lata, a postura, nós cansamos de dormir de coturno, de bota, calça, camisa de manga cumprida, porque com isso a gente conseguia botar nossa imagem naquele ambiente. (BARBOSA, Lucia Vera, 2023)

Essa situação narrada por Vera Lucia, exigiu não apenas a mudança na forma de se expressarem verbalmente, mas também a adaptação as dinâmicas de poder marcadas por normas masculinas. Embora difícil, foi a única estratégia possível para garantir sua participação e relevância nos espaços de poder. Ao demonstrar sua capacidade de liderança e resistência, elas não só conquistaram seu espaço, mas também abriram caminhos para que futuras gerações de mulheres não precisem se submeter às mesmas condições, bem como, abriram brechas para questionar e ressignificar as relações de gênero dentro dos movimentos, pavimentando o caminho para uma presença mais igualitária.

É importante destacar que, nesse mesmo período, na Chapada Diamantina, ainda não havia uma organização específica voltada ao debate de gênero dentro dos acampamentos e assentamentos. Nacionalmente já existia uma organização das mulheres dentro do MST que inspiradas pelas pautas feministas e pela ampliação de sua participação em diversas esferas sociais, as mulheres do MST começaram a articular encontros e debates para discutir questões como opressões de gênero e a divisão sexual do trabalho, culminando no I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, em 1989, um marco para a incorporação da luta feminista na agenda do movimento.

A organização das mulheres enquanto coletivo ganhou força a partir da insatisfação com a dinâmica desigual no setor de produção. Embora fossem as principais responsáveis pela produção agrícola, o trabalho feminino era desvalorizado, visto que os homens assumiam a

comercialização dessa produção, apropriando-se da representação pública do trabalho familiar, como analisa Vera Lúcia:

Nós no início tinha Brigada pra tudo, mas não tinha Brigada ou comissão de mulheres não. As mulheres estavam em todas as comissões, mas não tinha específico, acabava sendo a comissão de educação que acabava sendo feita só por mulheres, mas não fazia o debate de gênero. Onde é que a gente tinha uma participação consciente? Era no grupo de trabalho, tipo roça, quando você dividia que aí sim, algumas mulheres nossas começaram a se organizar para o trabalho, da horta, da limpeza do rio, produção de mudas, e eu acho que esse foi um dos primeiros espaços assim de mulheres que a gente começa a se despertar enquanto mulheres, foi uma das primeiras provocações sabia?, começou a gente também a se despertar, poxa, tinha assentamentos que mulheres nossas, a produção da feira que ia no sábado e domingo, tinha produção que era feita todas pelas mulheres, mas não eram elas que levavam cedinho pra feira, e não eram elas também que coordenava o dinheiro, aí virava o produto do todo da família, aí você ia percebendo o que era o trabalho das mulheres, então acho que foi aí foi nosso grande chamado, e a partir daí é que a gente começa a provocação da organização específica. Nós avançamos pra ter coletivo de gênero já bem, o movimento já bem adiantado, mas nós demoramos um pouquinho, até porque qualquer movimentação nossa lá no início já vinham os homens falarem, “ah essas mulheres estão querendo” (...) (BARBOSA, Lucia Vera, 2023)

Essa estrutura invisibilizava o protagonismo das mulheres, reduzindo sua contribuição, a um papel de apoio no contexto da unidade familiar. A partir dessa realidade, as mulheres começaram a se articular em coletivos para reivindicar autonomia no processo produtivo e comercial, questionando a divisão desigual do trabalho e criando estratégias de empoderamento.

Esmeraldo Gema (2013) aponta que elas ao problematizarem o seu lugar nas relações de produção e o valor do trabalho feminino, produziram um sentido público para o seu trabalho, politizaram o mundo do trabalho e levam a luta de gênero para a luta social (GEMA, 2013, pag. 238). Assim, essas iniciativas foram fundamentais não apenas para valorizar o trabalho feminino, mas também para fortalecer o papel das mulheres como sujeitos políticos dentro dos movimentos.

A inserção do debate de gênero dentro MST foi crucial para transformar as relações de poder e desigualdade presentes tanto no Movimento quanto nos espaços rurais. Reconhecer as especificidades das mulheres no campo e incluir suas demandas na pauta central do MST foi essencial para a ampliação dos direitos sociais das mulheres, fortalecendo a luta pela igualdade. A partir desse debate, conquistas significativas foram alcançadas, como o direito de as mulheres serem titulares da posse da terra, rompendo com uma tradição patriarcal que excluía as mulheres da propriedade e do reconhecimento formal enquanto trabalhadoras rurais. Além disso, a criação de políticas internas de ampliação da participação feminina nos espaços de decisão com

a paridade em todas as instâncias do Movimento e a valorização do trabalho produtivo das mulheres são exemplos de avanços proporcionados por essa luta.

No início nós tivemos muito cuidado com isso, e por isso o nome do coletivo de gênero e relações de gênero dentro do MST, pra não ficar coisa de mulheres contra os homens, entendeu? Então esse nome do gênero também foi uma estratégia nossa pra não acabar como afronta, ou como disputa, ou então como algo só delas, “deixa que elas resolvam os problemas delas” porque a gente também sabe que não podia ser assim. (...) Algumas decisões que o MST hoje já incorporou, que hoje é posto como conquista de todo mundo, conquista do conjunto da organização, mas foram conquistas das mulheres, por exemplo o direito de se organizar internamente, e não ser uma organização restrita as mulheres, a temática das mulheres é um assunto do MST. A temática das mulheres é um assunto do MST, parece simples a gente falar isso, a temática não está hoje restrito as mulheres, “ ah resolvam isso aí”, não, é um problema do MST, do conjunto da organização, porque quando você vê a gente conseguir colocar a temática das mulheres para ser debatido dentro do Encontro Nacional, pra ser debatido na Direção Nacional, os nossos Encontros Estaduais, não pode passar sem ter um tema, um momento para estarmos discutindo sobre as mulheres (...). (BARBOSA, Lucia Vera, 2023)

Vera Lúcia revela a complexidade e a estratégia política por trás da inserção do debate de gênero dentro do MST, demonstrando como as lideranças femininas buscaram evitar o isolamento de suas pautas e promover uma abordagem coletiva para as questões de gênero. Essa estratégia evitou a estigmatização das pautas femininas como problemas exclusivamente das mulheres e reforçou a ideia de que a transformação das relações de gênero é uma responsabilidade coletiva, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa. Ao adotar essa abordagem, o MST conseguiu ampliar o entendimento sobre a luta por igualdade, incorporando homens como aliados e reconhecendo que as opressões de gênero afetam a todos no movimento, ainda que de formas diferentes. Isso foi essencial para legitimar o debate de gênero e garantir que ele fosse entendido como parte integrante da luta por direitos e justiça social, e não como um tema periférico.

A organização das mulheres nos movimentos sociais do campo desempenhou um papel central na conquista de políticas públicas voltadas para a equidade e a valorização da vida no meio rural. Ao articularem suas demandas específicas em espaços historicamente dominados por homens, as mulheres contribuíram para a criação de políticas públicas que incluíram o acesso ao crédito rural para mulheres, o reconhecimento do trabalho produtivo e reprodutivo no campo e a ampliação do direito à terra em nome das mulheres, garantido pela Lei 9.629 de 25 de fevereiro de 1993, que prevê a titulação da terra em nome das mulheres e assegura que a propriedade será utilizada em prol de toda a família.

Nas políticas publicas nós arreventamos! O fato de ter o nome, antigamente era só do homem, e não podia ser da mulher, porque se a mulher fosse só, ai ela diz “Não mas é só uma figura, é só o titular da terra” sempre era do titular, nunca era da titular, se tivesse uma mãe solo, não podia e veja, não podia não era só por rejeição normativa

do INCRA ou coisa assim, porque a própria comunidade começava a olhar assim “ah ela sozinha, não consegue, como é que essa mulher vem pra cá cuidar do lote só? Cadê, bota no nome do seu filho, chame um irmão pra vir!”, então havia uma orquestra de não direito, agora já é tranquilo, você olha nas RBs do INCRA dos assentamentos, e você já vê o nome dela, não é o nome dela e do marido, é o nome dela, assentada no projeto de reforma agrária, então as políticas públicas foram avançando. Outro avanço é você ter políticas de créditos para as mulheres, ATER mulher, PRONAF Mulher²⁰, então cada política dessa que chegava no campo, a gente conseguiu estender, agora oh, política essa, mulher também. (...) . (BARBOSA, Lucia Vera, 2023)

Como observa a historiadora Joan Scott (1987), em sua teoria sobre gênero como uma categoria de análise histórica, as relações de poder entre os gêneros são construídas socialmente e refletem desigualdades estruturais que precisam ser desafiadas para que haja mudanças efetivas. As mulheres do campo não apenas questionaram as dinâmicas patriarcais dentro dos movimentos sociais, mas também influenciaram diretamente as políticas de Estado, garantindo que suas reivindicações fossem incorporadas à luta pela reforma agrária, educação e saúde no meio rural. A organização das mulheres foi crucial para transformar suas lutas locais em avanços concretos nas políticas públicas.

A trajetória das lideranças femininas na Chapada Diamantina, marcada pela luta coletiva pela terra, foi fundamental para a formação de experiências que transcenderam o campo e alcançaram espaços institucionais de poder. Essas vivências de resistência e organização comunitária proporcionaram uma base sólida para mulheres como Vera Lúcia, que, ao articular as demandas das mulheres rurais com pautas mais amplas, se destacou como uma liderança capaz de dialogar entre o local e o institucional. Sua atuação como a primeira secretária de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia em 2011, representou um marco, pois levou as questões de gênero e as demandas das mulheres do campo para o centro das políticas públicas estaduais.

Eu gosto tanto disso, eu acho que sou abençoada por Deus, porque eu falo que as nossas companheiras vê em mim e acredita em mim, algo que eu não vejo. O fato de eu ter entrado no MST nova e a gente ter conseguido passar por uma trajetória, eu acompanhei todas as fases do MST na Bahia, eu me orgulho muito disso, e aí quando você olha pra trás, ser a primeira mulher daqui da Bahia a ser da Direção Nacional, e naquela época ainda só, eu entro na direção ainda com a figura só, logo depois foi que aprovamos a paridade, e entrando como a figura só, isso só nos valoriza mais, porque poderia ser uma outra figura, poderia ser um Joelson, um Irailton, poderia ser um Bogo, e quem entra foi Lucinha, então eu me orgulho muito em ter sido a primeira mulher, depois eu fecho um ciclo na Direção Nacional do MST em 2010 e logo em seguida me torno a primeira Secretária de Política para as Mulheres, então essa trajetória toda que a gente construiu internamente no MST, fortalecimento do estar no lugar, não da disputa, mas do se colocar, tipo: nós somos importantes em todas as fases dessa organização, porque que no final aqui que é onde dirige, que é onde decide

²⁰ Diversas leis foram sendo criadas para garantir os direitos das mulheres, a exemplo da lei 8.213/91 que concede salário maternidade para as mulheres do campo, assim como foram sendo criados programas sociais voltados para as mulheres do campo.

a gente não estar?, então isso era o nosso embalo. Então quando eu assumo como secretária também é uma grande satisfação porque dá o sentimento que vale a pena, e isso nos ajudou a dar um outro salto, com outras mulheres, sem negação e sempre reafirmando e fortalecendo tudo que a gente construiu até aqui (...) eu procuro sempre fazer o que orgulhe nossas companheiras, porque a gente nunca chega só, e nunca estar só, Lucinha do MST é uma construção sempre de muitas outras que estão aqui e outra que já foram, como Glorinha, como Detinha e muitas outras nossas. Então a gente tem que estar sempre se orgulhando das conquistas, mas sempre com a responsabilidade grande de fazer jus aquilo que a gente constrói e que ver de futuro pra frente. (BARBOSA, Lucia Vera, 2023)

Hoje, como deputada estadual, Vera Lúcia ocupa um espaço estratégico para dar continuidade às lutas iniciadas na Chapada, ampliando a representatividade das mulheres do campo e fortalecendo a agenda de igualdade de gênero e reforma agrária. Sua trajetória evidência como as experiências coletivas de luta local podem impulsionar transformações políticas mais amplas, construindo um legado de resistência e conquistas para as mulheres baianas.

A primeira ocupação realizada pelo MST na Chapada Diamantina não foi desapropriada, assim, as famílias envolvidas nessa primeira ação, realizaram uma outra ocupação na cidade de Wagner e dois anos depois conseguiram a desapropriação da terra, formando o Assentamento São Sebastião de Utinga. Dessas lutas foram despontando diversas lideranças, principalmente mulheres, que ampliaram o Movimento por toda a Chapada Diamantina, realizando ocupações e lutando pela Reforma Agrária.

Segundo a dissertação de Gismalia Luiza Passos Trabuço, defendida na Universidade Federal da Bahia em 2008, o MST na Chapada Diamantina encontra-se fixado em 22 municípios, com 23 assentamentos, nos quais 2.445 famílias estão assentadas. Também existem 53 acampamentos com 4.501 famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciado nesse trabalho, analisa como se deu a participação e organização das mulheres na luta pela terra nas décadas de 1980 e 1990 na Chapada Diamantina. Com base nos resultados encontrados no desenvolvimento da pesquisa pode-se indicar que conseguimos evidenciar as contribuições das mulheres na luta pela reforma agrária

Destaca-se as lideranças femininas nos dois principais movimentos sociais de luta pela terra na Chapada Diamantina: o MST e a CPT. Figuras como a Irmã Teresinha, que desempenhou um papel fundamental na formação e na coordenação da CPT por mais de três décadas, e, três mulheres, cuja atuação à frente do MST na região resultou em uma trajetória marcada por significativas lutas e conquistas.

A primeira ocupação de terra realizada pelo MST na região destacou-se pela liderança majoritariamente feminina, com mulheres organizando e coordenando as ações de forma central. Essa atuação não apenas incentivou a ampla participação de outras mulheres na luta pela terra e por direitos, mas também desempenhou um papel estratégico na resistência territorial, garantindo tanto a posse da terra quanto a consolidação de direitos fundamentais para as mulheres no contexto rural.

É possível identificar as estratégias empregadas pelas mulheres para acessar e ocupar espaços historicamente reservados aos homens, evidenciando o impacto dessas ações em suas trajetórias. Em muitos casos, essas mulheres desafiaram e transformaram a lógica social de gênero para assegurar sua posição dentro dos movimentos sociais; foram expostas a situações perigosas, se submeteram a desafios para garantir sua participação, especialmente em espaços reservados aos homens. Como resultado, contribuíram para o desenvolvimento de políticas institucionais no âmbito do MST, que passou a incorporar as reivindicações dos direitos das mulheres como parte integrante de sua agenda de lutas.

No que tange às políticas públicas direcionadas às mulheres do campo, observam-se avanços decorrentes das lutas empreendidas por essas mulheres. Entre os principais resultados, destacam-se o reconhecimento da profissão de lavradora e a inclusão de seus nomes na relação de beneficiários do INCRA, além da ampliação do acesso a linhas de crédito, fortalecendo sua autonomia econômica e social.

O presente artigo apresenta contribuições relevantes, destacando a análise e a importância do estudo da atuação das mulheres na luta pela terra na Chapada Diamantina. Ademais, os resultados da pesquisa iluminam a relevância histórica e social das mulheres nesse contexto, evidenciando seu papel central nas reivindicações por terra e cidadania, bem como na transformação das dinâmicas sociopolíticas rurais. Os desafios desta pesquisa, destaca-se a restrição do número de entrevistas às lideranças dos movimentos sociais, o que, embora tenha gerado dados significativos, limita a abrangência de perspectivas analisadas.

Entretanto escrever sobre a experiência das mulheres que protagonizaram esses Movimentos na Chapada Diamantina nas décadas de 1980 e 1990 é uma contribuição inestimável para a compreensão histórica e social da região. Ao resgatar narrativas de resistência, coragem e organização coletiva, a pesquisa evidencia como as mulheres foram peças-chave na conquista de direitos e na transformação da realidade local. Essas histórias, muitas vezes invisibilizadas, iluminam um capítulo essencial da luta pela reforma agrária, revelando o papel fundamental das mulheres na construção de um futuro mais justo e

sustentável. O artigo não apenas preserva a memória desse enfrentamento, mas também inspira novas gerações a valorizar e dar continuidade à luta por igualdade e dignidade no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERIGO, G. (org). História do Concílio Vaticano II (1959-1965): Uma reforma inacabada. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BOURDIEU, P. A Distinção: Crítica Social do Julgamento. São Paulo: Editora Vozes, 1979.
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. 40 anos ao lado do povo do campo, das águas e das florestas. Goiânia: Publicação interna, 2015.
- DEERE, C. D.; LEON, M. Empreendimento das mulheres através do acesso à terra na América Latina. Santo Domingo: FAO, 2000.
- DESMARAIS, A. A. A Via Campesina: Globalização e o Poder dos Camponeses. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.
- ESMERALDO, G. G. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de (orgs). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamento político. Niterói: Alternativa, 2013.
- FERNANDES, B. M. A Formação do MST no Brasil. São Paulo: Editora Vozes, 2000.
- FERNANDES, B. M. Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. 2000.
- FERRARI, E. L. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.
- FREITAS, M. A.; NORONHA, I. O. Comunidades eclesiais de base. In: Movimentos sociais e educação: mútuas influências [online]. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2023, pp. 195-210.
- FURLIN, N. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de (orgs). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013, p. 257-284.
- IGREJA CATÓLICA. Código de Direito Canônico. São Paulo: Loyola, 2005.
- MARTINS, J. S. A Sociologia Rural: Uma Introdução Crítica. São Paulo: Editora Ática, 1981
- MELUCCI, A. Desafios à Identidade: A Ação Coletiva e a Mobilização Social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

- MILLET, K. Política Sexual. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.
- NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011.
- PORTELLI, A. História Oral como Arte da Escuta. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- PRADO JÚNIOR, C. A Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1942.
- SANTOS, I. A. F.; PICOLOTTO, E. L. As Mulheres do MST na luta pela terra e por fazer-se em sujeitos políticos: Rastro da experiência organizativa nas páginas do jornal sem terra. Norus, 2019.
- SAUER, S.; NAVARRO, Z. A Modernização Necessária: O agronegócio e a agricultura familiar no Brasil. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2002.
- SCOTT, J. W. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. Revista Brasileira de História, v. 7, n. 13, 1997, p. 91-103.
- SILVA, A. G. Margarida Alves: Uma história de lutas. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.
- SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil, 2007.
- STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. Brigadas e lutas populares no MST. Publicação interna do MST, 2000.
- TAVARES, J. Á. A Estrutura Agrária Brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TRABUCO, G. L. P. A práxis coletiva do MST e a construção da sociabilidade nos Assentamentos do MST na Chapada Diamantina. 2008